

FUNDAMENTAÇÃO  
DA METAFÍSICA DA MORAL



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES

Coordenadora Geral da Universidade

MARIA LUIZA MORETTI



Conselho Editorial

Presidente

EDWIGES MARIA MORATO

CARLOS RAUL ETULAIN – CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO

DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN – FREDERICO AUGUSTO GARCIA FERNANDES

IARA BELELI – MARCO AURÉLIO CREMASCO – PEDRO CUNHA DE HOLANDA

SÁVIO MACHADO CAVALCANTE – VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ

Coleção Fausto Castilho de Filosofia

Série Estudos

Comissão Editorial

COORDENAÇÃO: ALEXANDRE GUIMARÃES TADEU DE SOARES (UFU) e OSWALDO GIACOIA JUNIOR (UNICAMP)

DANIEL GARBER (UNIVERSIDADE DE PRINCETON) – FRANKLIN LEOPOLDO E SILVA (USP)

GIULIA BELGIOIOSO (UNIVERSIDADE DO SALENTO)

REPRESENTANTE DO CONSELHO EDITORIAL: CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO (USP)

IMMANUEL KANT

FUNDAMENTAÇÃO  
DA METAFÍSICA DA MORAL  
*Grundlegung zur Metaphysik der Sitten*

Edição bilíngue

Tradução e guia de leitura  
*Osmyr Faria Gabbi Jr.*

EDITORIA  
UNICAMP

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP  
DIVISÃO DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO  
Bibliotecária: Gardênia Garcia Benossi – CRB-8ª / 8644

---

K135f Kant, Immanuel, 1724-1804.  
Fundamentação da metafísica da moral / Immanuel Kant ; tradução : Osmyr  
Faria Gabbi Júnior. – Campinas, SP : Editora da Unicamp, 2024.

Tradução de: *Grundlegung zur Metaphysik der Sitten*.  
Edição bilíngue: português - alemão.

1. Ética. 2. Virtude. 3. Lógica - Filosofia. 4. Dever. 5. Vontade. I. Gabbi Júnior,  
Osmyr Faria. II. Título.

CDD – 170  
– 179.9  
– 160  
– 171.2  
– 153.8

ISBN: 978-85-268-1714-2

---

Copyright © by Immanuel Kant

Copyright © 2024 by Editora da Unicamp

Opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas  
neste livro são de responsabilidade do autor e não  
necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.  
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,  
por escrito, dos detentores dos direitos.

Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados a

Editora da Unicamp  
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3ª andar  
Campus Unicamp  
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil  
Tel./Fax: (19) 3521-7718 / 7728  
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

## SUMÁRIO

Nota ao leitor .....	7
----------------------	---

VORREDE / PREFÁCIO .....	9
--------------------------	---

### ERSTER ABSCHNITT

#### PRIMEIRA SEÇÃO

Übergang von der gemeinen sittlichen Vernunftkenntnis zur philosophischen Transição do conhecimento moral racional comum para o filosófico .....	33
---	----

### ZWEITER ABSCHNITT

#### SEGUNDA SEÇÃO

Übergang von der populären sittlichen Weltweisheit zur Metaphysik der Sitten Transição da filosofia moral popular para a metafísica da moral .....	91
---	----

### DRITTER ABSCHNITT

#### TERCEIRA SEÇÃO

Übergang von der Metaphysik der Sitten zur Kritik der reinen praktischen Vernunft Transição da Metafísica da Moral para a Crítica da Razão Prática Pura .....	249
--	-----

Der Begriff der Freiheit ist der Schlüssel zur Erklärung der Autonomie des Willens O conceito de liberdade é a chave para a explicação da autonomia da vontade .....	249
---	-----



## NOTA AO LEITOR

A tradução e as notas foram feitas para uma série de aulas sobre a *Fundamentação da Metafísica da Moral*, ministradas durante três semestres seguidos, no Departamento de Filosofia da Unicamp, para alunos de graduação do curso de Filosofia. Nosso objetivo maior era compreender esta obra de Kant e relacioná-la, quando possível, com outros escritos kantianos. Mencionamos a revisão de Philonenko da tradução francesa (ver referência na bibliografia a seguir) para indicar aos alunos a possibilidade de inserir a *Fundamentação* no restante da filosofia. Entretanto, fiéis ao preceito de que é preciso iniciar pela compreensão do autor antes de estabelecer vínculos com outros filósofos e com interpretações as mais diversas, procuramos permanecer no interior do universo kantiano. (Osmyr Faria Gabbi Jr.)

### **BIBLIOGRAFIA**

- Kant, E. *Fondements de la Métaphysique des Moeurs*. Trad. V. Delbos. Rev. A. Philonenko. Paris, Vrin, 1980.
- Kant, E. *Werkausgabe*, VII. Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag, 1982.
- Kant, E. *The Cambridge Edition of Works of Immanuel Kant*. Cambridge University Press.



## VORREDE / PREFÁCIO

§1 Die alte griechische Philosophie teilte sich in drei Wissenschaften ab: Die **Physik**, die **Ethik** und die **Logik**. Diese Einteilung ist der Natur der Sache vollkommen angemessen, und man hat an ihr nichts zu verbessern, als etwa nur das Prinzip derselben hinzu zu tun, um sich auf solche Art teils ihrer Vollständigkeit zu versichern, teils die notwendigen Unterabteilungen richtig bestimmen zu können.

\*

A antiga filosofia grega dividia-se em três ciências: a **física**, a **ética** e a **lógica**. Essa divisão é perfeitamente adequada à natureza da coisa, e nada há a melhorar nela senão talvez lhe acrescentar o seu princípio, seja para assegurar-se assim de sua completude, seja para poder determinar corretamente as subdivisões necessárias.

\*

**Comentário:** Essa divisão teria sido inspirada por Platão (ver tradução francesa e notas de Victor Delbos, *Fondements de la Métaphysique des Mœurs*, Librairie Delagrave, 1981). Para Philonenko, ela foi estabelecida nessa forma pelos estoicos. Segundo Kant, a divisão grega precisa, para não ser arbitrária, de um princípio. Encontramos o desenvolvimento deste princípio na Doutrina Transcendental do Método, mais precisamente no seu terceiro capítulo, “A arquitetônica da Razão Pura”. Os parágrafos abaixo desenvolvem esse princípio. Inicialmente pela consideração da distinção entre o formal e o material.

§2 Alle Vernunftkenntnis ist entweder **material** und betrachtet irgend ein Objekt; oder **formal** und beschäftigt sich bloß mit der Form des Verstandes und der Vernunft selbst, und den allgemeinen Regeln des Denkens überhaupt ohne Unterschied der Objekte. Die formale Philosophie heißt **Logik**, die materiale aber, welche es mit bestimmten Gegenständen und den Gesetzen zu tun hat, denen sie unterworfen sind, ist wiederum zwiefach. Denn diese Gesetze sind entweder Gesetze der **Natur**, oder der **Freiheit**. Die Wissenschaft von der ersten heißt **Physik**, die der andern ist **Ethik**; jene wird auch Naturlehre, diese Sittenlehre genannt.

\*

Todo conhecimento racional é ou **material** e considera algum objeto, ou **formal** e ocupa-se apenas da forma do entendimento e da própria razão e das regras universais do pensar como tal, sem distinção dos objetos. A filosofia formal chama-se **lógica**, mas a material, que tem a ver com determinados objetos e com as leis a que estão submetidos, é de novo dupla. Pois estas leis ou são leis da **natureza** ou da **liberdade**. A ciência da primeira chama-se **física**, a da outra, **ética**; aquela também é chamada de doutrina da natureza, esta, de doutrina da moral.

\*

**Comentário:** Com base nessa distinção entre formal e material, distingue-se a lógica da física e da ética, pois a primeira não se ocupa de qualquer tipo de objeto. Já a distinção entre física e ética localiza-se no tipo de legislação usado pela razão; ou seja, depende de a razão ser usada para determinar as condições *a priori* de possibilidade da experiência (física) ou de ser usada para determinar para si mesma máximas que governam a ação (ética). Em outras palavras, é preciso distinguir entre a razão legislar para determinar o que é e a razão legislar sobre o que deve ser. Na medida em que a lógica se ocupa tão somente da forma, ela não tem parte empírica alguma; nesse sentido, a lógica só pode ser um cânone, ou seja, um conjunto de princípios que regula o uso legítimo de nossa capacidade de conhecer. Portanto, a lógica não amplia o nosso conhecimento, e os seus juízos são válidos se e somente se não forem contraditórios. Para Kant, a legislação da razão, independentemente de seu uso, ciência ou ética, e dada a sua

natureza de ser sempre universal e necessária, só pode ser *a priori*. Assim, as formas presentes em ambas as legislações têm de ser puras e *a priori*, ou seja, independentes e anteriores logicamente a qualquer determinação empírica. Seus juízos são, portanto, sintéticos *a priori*. Uma vez que a *Crítica da Razão Pura* – CRP – demonstrou, segundo Kant, a impossibilidade do conhecimento do transcendente e, portanto, de uma metafísica do transcendente, só restariam dois tipos possíveis de experiência para o homem: a experiência da natureza externa e a da sua própria vontade. A matemática não é considerada aqui por não se referir a conceitos, como ocorre na filosofia, mas à construção de conceitos. Com base na possibilidade dessa dupla experiência, origina-se a ideia de uma dupla metafísica, uma metafísica da natureza e uma metafísica moral.

§3 Die Logik kann keinen empirischen Teil haben, d. i. einen solchen, da die allgemeinen und notwendigen Gesetze des Denkens auf Gründen beruhen, die von der Erfahrung hergenommen wären; denn sonst wäre sie nicht Logik, d. i. ein Kanon für den Verstand oder die Vernunft, der bei allem Denken gilt und demonstriert werden muß. Dagegen können, sowohl die natürliche, als sittliche Weltweisheit, jede ihren empirischen Teil haben, weil jene der Natur, als einem Gegenstande der Erfahrung, diese aber dem Willen des Menschen, so fern er durch die Natur affiziert wird, ihre Gesetze bestimmen muß, die ersteren zwar als Gesetze, nach denen alles geschieht, die zweiten als solche, nach denen alles geschehen soll, aber doch auch mit Erwägung der Bedingungen, unter denen es öfters nicht geschieht.

\*

A lógica não pode ter nenhuma parte empírica, ou seja, na qual as leis universais e necessárias do pensar repousem sobre fundamentos retirados da experiência; pois neste caso ela não seria lógica, isto é, um cânone para o entendimento ou para a razão, válido para todo pensar e que tem de ser demonstrado. Em contraposição, tanto a filosofia natural como a filosofia moral podem cada uma ter a sua parte empírica, porque aquela tem de determinar as leis da natureza como objeto da experiência, mas esta, as leis da vontade do ser humano, na medida em que é afetada pela natureza; as primeiras de fato como leis por meio das quais tudo ocorre, as segundas em concordância com tudo que deve ocorrer, no entanto, também incluindo as condições segundo as quais frequentemente não ocorrem.

\*

**Comentário:** É importante distinguir entre cânone (um conjunto de princípios *a priori* que regula o uso legítimo de nossa capacidade de conhecer) e órganon (um sistema de princípios *a priori* que torna possível a constituição e a extensão de um conhecimento *a priori* de objetos).

§4 Man kann alle Philosophie, so fern sie sich auf Gründe der Erfahrung fußt, empirische, die aber, so lediglich aus Prinzipien a priori ihre Lehren vorträgt, reine Philosophie nennen. Die letztere, wenn sie bloß formal ist, heißt **Logik**; ist sie aber auf bestimmte Gegenstände des Verstandes eingeschränkt, so heißt sie **Metaphysik**.

\*

Toda filosofia, na medida em que se assente na experiência, pode ser chamada de empírica, mas de pura caso exponha sua doutrina simplesmente segundo princípios *a priori*. A última, se for apenas formal, chama-se **lógica**; mas, caso esteja limitada a determinados objetos do entendimento, chama-se **metafísica**.

\*

**Comentário:** “Puro” e “*a priori*” podem ser entendidos em certo sentido como sinônimos. Puro denota algo que é independente da experiência, que tem anterioridade lógica em relação à experiência. Assim, as formas são puras e *a priori*. O termo “*a priori*” opõe-se ao termo “*a posteriori*”. Dado que certas formas *a priori* podem ser constitutivas do objeto e não se referir apenas à forma lógica do objeto, decorre que há formas *a priori* que não são lógicas e estão ligadas à extensão do conhecimento. Portanto, há duas classes excludentes de juízos que recobrem todos os juízos possíveis: juízos analíticos e juízos sintéticos. Os juízos da lógica são analíticos, e os juízos da metafísica são sintéticos; no entanto, um tipo especial de juízos sintéticos, ou seja, sintéticos *a priori*. Dado que não é possível conhecimento do em si, uma tese que tem a natureza de uma ideia no sentido kantiano, também é impossível uma metafísica do transcendente, isto é, daquilo que está fora de toda experiência possível. Ora, há dois tipos de experiência possível: o da natureza externa e o da vontade em seres racionais. O outro tipo de conhecimento *a priori* é a matemática, mas esta, diferentemente da metafísica, não usa conceitos, mas os constrói.

§5 Auf solche Weise entspringt die Idee einer zwiefachen Metaphysik, einer **Metaphysik der Natur** und einer **Metaphysik der Sitten**. Die Physik wird also ihren empirischen, aber auch einen rationalen Teil haben; die Ethik gleichfalls, wiewohl hier der empirische Teil besonders **praktische Anthropologie**, der rationale aber eigentlich **Moral** heißen könnte.

\*

Desta maneira surge a ideia de uma dupla metafísica, de uma **metafísica da natureza** e de uma **metafísica da moral**. Assim, a física terá sua parte empírica, mas também uma parte racional; igualmente a ética, embora aqui a parte empírica pudesse ser chamada em particular de **antropologia prática**, mas a parte racional, propriamente, de **moral**.

\*

**Comentário:** A ciência da natureza, que, para Kant, está restrita à física de Newton, contém uma parte pura e uma parte empírica. A metafísica da natureza ocupa-se da parte pura. A menção de uma antropologia prática é datada, uma vez que na arquitetura da razão não há uma antropologia pura. Dizendo de outro modo, a antropologia só pode ser empírica. Kant, na sua última obra publicada em vida, vai chamá-la de antropologia pragmática. O termo “prático” fica reservado para o domínio da moralidade e refere-se ao que é *a priori*. O termo “pragmático” refere-se ao uso de meios para atingir um certo fim, as regras de prudência, e sempre se refere ao empírico. Uma antropologia pragmática, por ser totalmente empírica, precisa, como ensina a terceira crítica, de um princípio regulador dado pela capacidade de julgar: as experiências antropológicas são unificadas segundo o princípio de que o homem visa realizar o reino dos fins.

§6 Alle Gewerbe, Handwerke und Künste, haben durch die Verteilung der Arbeiten gewonnen, da nämlich nicht einer alles macht, sondern jeder sich auf gewisse Arbeit, die sich, ihrer Behandlungsweise nach, von andern merklich unterscheidet, einschränkt, um sie in der größten Vollkommenheit und mit mehrerer Leichtigkeit leisten zu können. Wo die Arbeiten so nicht unterschieden und verteilt werden, wo jeder ein Tausendkünstler ist, da liegen die Gewerbe noch in der größten Barbarei. Aber ob dieses zwar für sich ein der Erwägung nicht unwürdiges Objekt wäre, zu fragen: ob die reine Philosophie in allen ihren Teilen nicht ihren besondern Mann erheische, und es um das Ganze des gelehrten Gewerbes nicht besser stehen würde, wenn die, so das Empirische mit dem Rationalen, dem Geschmacke des Publikums gemäß, nach allerlei ihnen selbst unbekanntem Verhältnissen gemischt, zu verkaufen gewohnt sind, die sich Selbstdenker, andere aber, die den bloß rationalen Teil zubereiten, Grübler nennen, gewarnt würden, nicht zwei Geschäfte zugleich zu treiben, die in der Art, sie zu behandeln, gar sehr verschieden sind, zu deren jedem vielleicht ein besonderes Talent erfordert wird, und deren Verbindung in einer Person nur Stümper hervorbringt: so frage ich hier doch nur, ob nicht die Natur der Wissenschaft es erfordere, den empirischen von dem rationalen Teil jederzeit sorgfältig abzusondern, und vor der eigentlichen (empirischen) Physik eine Metaphysik der Natur, vor der praktischen Anthropologie aber eine Metaphysik der Sitten voranzuschicken, die von allem Empirischen sorgfältig gesäubert sein müßte, um zu wissen, wie viel reine Vernunft in beiden Fällen leisten könne, und aus welchen Quellen sie selbst diese ihre Belehrung a priori schöpfe, es mag übrigens das letztere Geschäfte von allen Sittenlehrern (deren Namen Legion heißt), oder nur von einigen, die Beruf dazu fühlen, getrieben werden.

\*

Todas as atividades, ofícios e artes lucraram com a divisão do trabalho, ou seja, quando não existe alguém que faça tudo, mas cada um limita-se a um certo trabalho que se distingue notoriamente de outros pela habilidade envolvida e pode desempenhá-lo com a maior perfeição e com mais facilidade. Onde os trabalhos não são assim distinguidos e divididos, onde cada um é um faz-tudo, aí a atividade permanece ainda na maior barbárie.

Mas talvez não fosse em si um objeto indigno de consideração interrogar-se se a filosofia pura em todas as suas divisões não exigiria seu homem especial e se não seria melhor para a totalidade da atividade racional caso recebessem esta advertência – não empreender ao mesmo tempo duas ocupações muito distintas na forma de tratar, para cada uma das quais talvez se exija um talento especial e cuja reunião em uma pessoa produza apenas um incapaz – aqueles que, ao gosto do público, estão acostumados a vender o empírico misturado com o racional, segundo toda sorte de proporções que eles mesmos ignoram e que chamam a si mesmos de pensadores independentes, mas aos outros, que confeccionam somente a parte racional, de ruminantes. No entanto, aqui, eu só questiono se a natureza da ciência não exigiria que se separasse cuidadosamente todas as vezes a parte empírica da racional e que se colocasse antes da física propriamente (empírica) uma metafísica da natureza, e antes da antropologia prática uma metafísica da moral que teria de ser cuidadosamente purgada de todo empírico, para poder saber o quanto a razão pura poderia operar em ambos os casos e de que fontes ela mesma retiraria *a priori* seu ensinamento, e se a última ocupação poderia ser empreendida por todos os professores de moral (cujo nome é legião) ou apenas por alguns que sentissem vocação para tal.

\*

**Comentário:** O alvo de Kant nessas considerações foi a chamada filosofia popular. Esta, sob o pretexto de popularizar e democratizar a filosofia, oferecia um produto superficial e eclético ao misturar o empírico com o racional. Sua consequência foi transformar a psicologia na chave que resolveria todas as questões morais e religiosas. Kant defende a necessidade da separação entre empírico e *a priori* e critica a pretensão do empirismo de transformar a psicologia em ciência dos primeiros princípios.

§7 Da meine Absicht hier eigentlich auf die sittliche Weltweisheit gerichtet ist, so schränke ich die vorgelegte Frage nur darauf ein: ob man nicht meine, daß es von der äußersten Notwendigkeit sei, einmal eine reine Moralphilosophie zu bearbeiten, die von allem, was nur empirisch sein mag und zur Anthropologie gehört, völlig gesäubert wäre; denn, daß es eine solche geben müsse, leuchtet von selbst aus der gemeinen Idee der Pflicht und der sittlichen Gesetze ein. Jedermann muß eingestehen, daß ein Gesetz, wenn es moralisch, d. i. als Grund einer Verbindlichkeit, gelten soll, absolute Notwendigkeit bei sich führen müsse; daß das Gebot: du sollst nicht lügen, nicht etwa bloß für Menschen gelte, andere vernünftige Wesen sich aber daran nicht zu kehren hätten; und so alle übrige eigentliche Sittengesetze; daß mithin der Grund der Verbindlichkeit hier nicht in der Natur des Menschen, oder den Umständen in der Welt, darin er gesetzt ist, gesucht werden müsse, sondern a priori lediglich in Begriffen der reinen Vernunft, und daß jede andere Vorschrift, die sich auf Prinzipien der bloßen Erfahrung gründet, und sogar eine in gewissem Betracht allgemeine Vorschrift, so fern sie sich dem mindesten Teile, vielleicht nur einem Bewegungsgrunde nach, auf empirische Gründe stützt, zwar eine praktische Regel, niemals aber ein moralisches Gesetz heißen kann.

\*

Dado que o meu propósito aqui é dirigido propriamente para a filosofia moral, limitarei a questão proposta somente a isto: se não seria extremamente necessário elaborar pela primeira vez uma filosofia moral pura que fosse completamente purificada de tudo que pudesse ser somente empírico e pertencesse à antropologia? Pois que tal filosofia tenha de ser concebida é imediatamente compreensível pela ideia comum de dever e das leis morais. Qualquer um tem de admitir que uma lei, caso seja moral, ou seja, caso ela deva valer como fundamento de uma obrigação, que ela tenha de portar consigo necessidade absoluta; pois o mandamento, não se deve mentir, não vale apenas para os seres humanos, como se outros seres racionais não tivessem que fazer caso dele; isto é assim para todas as demais leis propriamente morais; que, portanto, não se tenha de buscar o fundamento da obrigação aqui na natureza do ser humano ou nas circunstâncias do mundo em que ele está posto, mas apenas em conceitos *a priori* da razão

pura; e que qualquer outro preceito, fundamentado apenas em princípios da experiência, mesmo que em certa medida um preceito universal, caso tenha uma parte mínima, talvez apenas um motivo, apoiado em razões empíricas, pode ser chamado de fato uma regra prática, mas nunca uma lei moral.

\*

**Comentário:** Para mostrar o caráter totalmente *a priori* da moralidade, Kant vincula a moralidade à racionalidade. Sua doutrina moral é uma doutrina racional que não retira nenhum elemento da natureza humana, uma vez que o fundamento da obrigação tem de portar consigo necessidade absoluta. A aplicação da doutrina moral como racional ao homem pressupõe que este seja capaz de racionalidade. Como o homem não é racional, mas apenas capaz de racionalidade, a moralidade aparece como dever, como obrigação. Dado que a fundamentação da moral tem de estar em conceitos *a priori* da razão, proposições do tipo “todo homem aspira à felicidade” não podem ser absolutamente necessárias. O caráter racional da moralidade é novamente enfatizado na *Metafísica da Moral* (1797), na sua introdução, “uma metafísica da moral não pode estar baseada numa antropologia, mas pode ser aplicada à mesma” (6:217).

§8 Also unterscheiden sich die moralischen Gesetze, samt ihren Prinzipien, unter allem praktischen Erkenntnisse von allem übrigen, darin irgend etwas Empirisches ist, nicht allein wesentlich, sondern alle Moralphilosophie beruht gänzlich auf ihrem reinen Teil, und, auf den Menschen angewandt, entlehnt sie nicht das mindeste von der Kenntnis desselben (Anthropologie), sondern gibt ihm, als vernünftigen Wesen, Gesetze a priori, die freilich noch durch Erfahrung geschärfte Urteilskraft erfordern, um teils zu unterscheiden, in welchen Fällen sie ihre Anwendung haben, teils ihnen Eingang in den Willen des Menschen und Nachdruck zur Ausübung zu verschaffen, da diese, als selbst mit so viel Neigungen affiziert, der Idee einer praktischen reinen Vernunft zwar fähig, aber nicht so leicht vermögend ist, sie in seinem Lebenswandel in concreto wirksam zu machen.

\*

Portanto, distinguem-se essencialmente não só as leis morais com seus princípios em todo conhecimento prático de todo o resto em que há algo de empírico, mas toda filosofia moral baseia-se na sua totalidade na sua parte pura, e, aplicada ao ser humano, não empresta a mínima parte do conhecimento do mesmo (antropologia), mas lhe dá, como ser racional, leis *a priori*, que sem dúvida exigem ainda uma faculdade de julgar aguçada pela experiência, seja para distinguir em que casos elas têm sua aplicação, seja para lhes dar acesso à vontade do ser humano e veemência para aplicá-la, pois este, sendo ele mesmo afetado por tantas inclinações, de fato capaz da ideia de uma razão prática pura, não é, porém, facilmente capacitado para torná-las efetivas *in concreto* na conduta de sua vida.

\*

**Comentário:** A menção de Kant de uma faculdade de julgar (*Urteilskraft*) aguçada pela experiência refere-se ao problema de saber se uma determinada ação cairia ou não sob o domínio de uma regra moral. A faculdade de julgar envolve a capacidade de relacionar o particular com o universal. No caso da doutrina da natureza, trata-se de mostrar que o particular é uma ocorrência do universal. Neste caso, o juízo é determinante. No caso da

doutrina moral, o problema é diferente. Busca-se formular para uma situação particular a máxima que possa almejar ser universal, ou seja, o juízo tem de ser reflexivo. Dada a finitude humana e a possibilidade de o homem ser racional, é preciso defender o caráter *a priori* da moral contra toda tentativa de introduzir considerações motivadas pelas inclinações. Dado que a dedução metafísica de uma noção significa mostrar o seu caráter *a priori*, e que a dedução transcendental de uma noção significa mostrar que essa noção é condição de possibilidade de formular juízos verdadeiros a respeito de objetos, a expressão “dedução dos princípios práticos” visa mostrar que esses princípios determinam a máxima do querer, pensada como norma suprema.

*Vermögen* sempre foi traduzido como “capacidade” e nunca como “faculdade”. Em alemão, *Fakultät* designa uma área do saber, por exemplo, a faculdade de filosofia. Assim, o ensaio de Kant, *Der Streit der Fakultäten* (*O conflito das faculdades*) não é um ensaio sobre as faculdades da mente, mas sobre as relações entre as faculdades de direito, medicina, teologia e filosofia. Capacidade significa ser “capaz de algo” e não tem qualquer conotação psicológica. Em português, o termo “faculdade” pode designar entre várias possibilidades também a capacidade de fazer alguma coisa. Em suma, para tentar evitar a confusão entre área do saber (*Fakultät*) e a capacidade de fazer algo (*Vermögen*) evitamos traduzir o último termo por “faculdade”.